

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2002**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Sr.s Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Contracção de Empréstimo a longo prazo pela Câmara Municipal de Sesimbra.** -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, José Carlos Ferreira Ezequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Maria Albertina Cardoso Fernandes Oliveira, José Almeida Marques, Joaquina Odete Martins da Graça, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Nelson Duarte Carneiro Fernandes, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Germano Óscar Amorim Barros, Júlio Alves Joaquim, José Fernando Brito Andrade, António Augusto Vieira Gomes, Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz e António André, designado, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Comprovada a existência de quorum, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e cinco minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, Manuel Adelino Bernardino e José Manuel Lobo da Silva. -----

-----Informou, depois que os Membros Sérgio Paulo Gomes Pereira, Américo Manuel Machado Gegaloto, eleitos pela Lista do Partido Socialista, haviam comunicado as suas substituições à presente sessão, tendo convocado o Membro José Almeida Marques e o cidadão Henrique Fernandes Furtado a quem verificava a legitimidade e a respectiva identidade e declarava-o

investido nas suas funções de Membro da Assembleia Municipal, tendo-lhe desejado felicidades no desempenho do cargo. Informou depois que o Membro Maria de Jesus Amiano Marques, eleita pela Lista da Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, também comunicara a sua indisponibilidade tendo convocado o Membro José Fernando Brito Andrade. Também o Membro Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, eleito pela Lista da CDU - Coligação Democrática Unitária, comunicara a sua substituição, tendo convocado o cidadão a seguir na ordem da respectiva lista, João da Silva Lopes, o qual fizera chegar a informação de que não podia comparecer por se encontrar doente.-----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e três presenças. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal**, lembrou depois que a próxima sessão da Assembleia Municipal realizar-se-ia no dia 21 de Junho. -----

----- Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Aberto o Período “Antes da Ordem do Dia” usou da palavra o **Membro Odete Graça** que apresentou, em nome da Bancada da CDU, o seguinte Voto de Congratulação: -----

-----"**Voto de Congratulação – Timor** -----

-----**No passado dia 20 de Maio, o Mundo assistiu ao nascimento dum novo País livre e democrático – Timor.** -----

-----**Foi um dia de Paz!** -----

-----**Foi um grito de Liberdade, que nasceu em cada timorense!**-----

-----**Foi um dia inesquecível neste País do sol nascente!** -----

-----**Nasceu o país, cujo povo sempre determinado soube acreditar na sua independência!** -

-----**Nasceu o país cujo povo, ao longo de quase três décadas sonhou com o seu Futuro – livre e democrático!**-----

-----**Nasceu um país cujo povo soube em cada momento e em cada dia dar uma lição ao mundo de luta, de resistência e de valores!** -----

-----**Nasceu o país cujo povo também fala a mesma língua e através dela, transmitir às Instituições, aos políticos e ao mundo, não apenas o seu sofrimento, mas, sobretudo o direito de serem país!** -----

-----Mas se hoje nasceu um país, amanhã começa o seu futuro.-----

-----Timor e o seu povo têm hoje muitos amigos, mas nunca esqueceram todos aqueles que os ajudaram no silêncio da sua dor e na alegria das suas conquistas. -----

-----Timor e o seu povo têm em cada dia, mais que ontem, todo o nosso respeito, a nossa admiração e, sobretudo o nosso apoio. -----

-----Reconhecemo-lhe capacidade para superar as dificuldades, mas enquanto país e enquanto portugueses não podemos ser indiferentes à responsabilidade de os ajudar a construir o seu país.-----

-----Mas nós aqui, enquanto eleitos, políticos e representantes desta população solidária o nosso contributo será sempre bem vindo, o qual se poderá traduzir através de:-----

----- - Uma senha por Timor! -----

-----Este gesto representa apenas o contributo de cada um, através da sua senha de presença nesta mesma reunião de Assembleia, para que o nosso contributo seja um gesto simbólico de apoio ao povo de Timor. -----

-----Que este gesto seja também um convite, junto de todas as Assembleias Municipais do País, para que a mesma atitude de apoio e solidariedade seja seguida por todos os membros das respectivas Assembleias. -----

-----Que deste voto de congratulação seja dado amplo conhecimento à comunicação social local e regional." -----

-----Seguidamente o **Membro Odete Graça** explicou que a intervenção que ía apresentar era sobre o que tinha ocorrido no dia 3 de Maio, depois de ter terminado a sessão da Assembleia Municipal. -----

-----*“A vivência da democracia, trazida com o 25 de Abril, tem sido consolidada com a participação de muitos homens e mulheres que ao longo de quase três décadas têm assumido os seus ideais de humanismo e cooperado na concretização dos princípios universais de justiça e solidariedade. -----*

-----*Mas é também indiscutível que com a democracia nasceu o Poder Local e com ela a possibilidade de cada um e de todos na sociedade podermos participar na organização ou associação do seu prédio ou bairro, na melhoria da qualidade de vida da sua aldeia ou no desenvolvimento do seu Município.-----*

-----Desde então o Poder Local não só tem tido privilégio de conhecer os problemas do seu concelho, mas também ter a capacidade de lhes dar apoio e solução. -----

-----O Poder Local tem sido cada vez mais os olhos e os ouvidos da população!-----

-----Compete ao Poder Local, através dos seus órgãos autárquicos, por todos quantos são hoje os gestores das nossas Juntas, Câmaras e /ou Assembleias construir uma relação forte, estável e cooperante entre todos os que os elegeram e a comunidade em geral. -----

-----Mas, acima de tudo deverá ter como principal preocupação o saber devolver à população que os elegeu as “contas da sua prática democrática”. -----

-----Por tudo isto os eleitos e eleitas do Município, estejam eles na Câmara Municipal, Junta de Freguesia ou Assembleia Municipal e Freguesia, estão consciente da importância da sua prestação pública, social e acima de tudo política, e jamais deverão assumir a lógica do mercado, isto é, “dar qualidade aos produtos seleccionados para melhor satisfazer os seus públicos”. -----

-----Por tudo isto os eleitos e eleitas dos diferentes órgãos autárquicos devem assumir um papel, porventura de “pedagogos – políticos”, não com o sentido “dar sempre razão ao cliente” mas acima de tudo perceber que antes de sermos gestores dum município também teremos de ter a capacidade de saber ouvir para melhor esclarecer, decidir e ajudar a resolver os problemas que nos são colocados. -----

-----Tudo isto vem a propósito dos acontecimentos ocorridos no final da reunião da Assembleia Municipal, ocorrida no dia 3 de Maio, quando uma Munícipe se dirigiu à Assembleia tal como o Regimento refere, colocando questões que entendeu por bem apresentá-las. -----

-----Reconhecemos que são vários os factores que porventura motivaram as atitudes que certamente ninguém aprova, e sem sermos demasiado exaustivos gostaríamos de, em nome da bancada da CDU, salientar os seguintes aspectos: -----

----- Em primeiro lugar, re colocamos a questão da intervenção do Público que ocorre no final da Reunião da Assembleia, conforme consta no Regimento da Assembleia o que em nosso entender não só provoca tempos de espera – sempre desagradáveis para os Munícipes que desejam colocar questões – como podem já não existir condições indispensáveis ao verdadeiro esclarecimento dos problemas colocados. Com este propósito retomamos a questão, e chamamos a atenção junto de todos os Membros desta Assembleia para que reflectam sobre esta matéria, na medida em que é desmotivador e deveras injusto, para os Munícipes que desejam colocar suas

questões; -----

----- - *Em segundo lugar, estamos todos de acordo com o princípio que a cada um, enquanto cidadão do mundo e munícipe deste Concelho, tem o legítimo direito de questionar – em espaço próprio de funcionamento dos órgãos – quando, como e de que forma os problemas que os preocupam estão ou não a ser resolvidos. É por ventura nestes momentos que se legitima a verdadeira participação da população, e o nosso objectivo deverá ser, sempre que possível, estimular essa atitude;* -----

----- *Em terceiro lugar, é fundamental que os órgãos autárquicos sejam dignificados e valorizados, quer por quantos a eles se dirigem, quer por aqueles que os integram e dirigem. É certo que a emoção do momento às vezes fala mais alto, que os ânimos e entusiasmos alteram os ambientes, que as palavras tem vários sentidos, para quem a diz e/ou para quem a houve e os gestos e as atitudes definem as personalidades de cada. Mas, enquanto representantes da população que nos elegeu, temos o dever acrescido de “saber viver, às vezes... acima dos sentimentos”, ainda que eles estejam sempre dentro de nós;* -----

----- - *Por fim, salientar o esforço acrescido que deve ser solicitado a todos quantos aceitaram ser eleitos dos diferentes órgãos autárquicos, deste Município e em particular desta Assembleia, com o propósito de não fechar as portas ao diálogo e a discussão, de aceitar as diferenças de opinião, mas acima de tudo cooperar na construção da melhoria da qualidade de vida da população do nosso Concelho.* -----

-----*Não podemos ser eleitos só de quatro em quatro anos, quando desejamos falar com as pessoas e transmitir-lhe a nossa mensagem e/ou apresentar-lhes as nossas propostas!* -----

-----*Não podemos ser eleitos de primeira ou segunda linha, lá por que nos encontramos a desempenhar funções em órgãos de diferentes responsabilidades e competências;* -----

-----*Não podemos ser indiferentes aos problemas ou fingir que as questões que nos são colocados são do passado, são pertença da história ou são de outros – eleitos, partidos, ou órgãos autárquicos. Eles são do nosso Concelho e como tal somos por eles responsáveis;* -----

-----*Não podemos falar pelas emoções de cada momento e vibrar com as palavras de circunstância!* -----

-----*A população quando nos elegeu deu-nos a sua confiança para os ouvir falar dos seus problemas, deu-nos o seu sonho para ajudarmos a criar um Concelho melhor, deu-nos o seu*

apoio para a construção duma vida melhor para Sesimbra, deu-nos a sua palavra para sermos justos e coesos entre os que aqui nasceram e os que escolheram aqui viver e deu-nos ainda a sua força para podermos lutar sempre, junto do Governo por melhores condições de vida e melhores políticas para governar as Autarquias.-----

-----Contudo, é bom sublinhar não esquecer que: -----

-----Foi o PS que mais mereceu o apoio da população do nosso Concelho, e como tal tem, que o saber merecer! -----

-----Foi ao PS que a maioria dos Sesimbrenses deu confiança, esperança e sonho e por isso tem que saber garantir esses valores! -----

-----Foi ao PS que a maioria da população lhe reconheceu capacidade de gerir e dirigir o futuro de Sesimbra, por isso têm que o saber mostrar! -----

-----Foi ao PS que a maioria lhe atribuiu a direcção na gestão dos diferentes órgãos do nosso Concelho e como tal, têm que a saber demonstrar! -----

-----Mas foi e é a todos nós, também eleitos e eleitas, representantes da população do nosso Concelho, que competem cooperar claramente na dignificação dos diferentes órgãos autárquicos onde nos encontramos.-----

-----Essa é a convicção dos eleitos da CDU, aliás, diariamente demonstrada nas nossas práticas democráticas." -----

*-----Usou depois da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que disse que a sua intervenção tinha a ver com os acontecimentos ocorridos no final da última sessão da Assembleia Municipal, e todos já tinham tido oportunidade de reflectir sobre o papel dos eleitos no seu relacionamento com os munícipes, especialmente no momento em que se dirigiam aos órgãos autárquicos para colocarem as suas questões. -----*

-----Era aceitável que no calor das intervenções de cada um, dentro da Assembleia Municipal, muitas vezes se extravasasse um pouco aquilo que seria desejável em termos de linguagem, mas isso era feito, dentro do seu ponto de vista, com a máxima das lealdades e tinha a ver com o calor dos debates, mas já não era aceitável aquilo que acontecera no fim da última sessão, porque não era tolerável que Membros da Assembleia Municipal se dirigissem de uma forma extremamente incorrecta aos munícipes, pondo em jogo não só quem praticava os actos como a credibilidade de um órgão como a Assembleia Municipal. -----

-----Já era Membro da Assembleia Municipal há muitos anos e já tinha sido, no final das sessões, alvo de intervenções de munícipes menos agradáveis, mas reconhecia o direito das pessoas de fazerem críticas. Sempre ouvira calmamente aquilo que tinham para dizer e pensava que era essa a postura que todos deviam apresentar. Ter a explosão de raiva como acontecera no final da última sessão era efectivamente um mau papel enquanto autarca e era uma forma de desprestigiar a Assembleia Municipal e os seus membros. Felizmente não era hábito este tipo de comportamento nem queria que se tornasse hábito e seria interessante que as pessoas visadas se pudessem retractar para salva da imagem da Assembleia. -----

-----Ele próprio, na última sessão, tivera palavras mais duras para um colega e pedira desculpa porque vira que se tinha excedido, o que não queria dizer que não se voltasse a exceder, mas durante o debate era compreensível, apesar de se dever evitar, mas quando extravasava para o lado de lá era inadmissível. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que os acontecimentos referidos nas duas últimas intervenções haviam ocorrido depois do encerramento da sessão da Assembleia Municipal mas nas instalações da Assembleia Municipal. -----

-----Seguidamente **o Membro Miguel Bastos** disse que não estava à espera que aquele tipo de comentários viesse hoje à Assembleia Municipal principalmente porque nenhum dos acontecimentos lamentáveis, a seu ver, se haviam processado no decurso da sessão. -----

-----Os elementos da Assembleia deviam reflectir naquilo que objectivamente sucedera no decurso da Assembleia e não do que acontecera depois do encerramento dos trabalhos. -----

-----Em relação aos acontecimentos que se verificaram no decorrer da Assembleia ele não vira nada de anormal . Tinha havido uma munícipe que fizera, dentro do direito que lhe era reconhecido, uma intervenção, tecera um conjunto de comentários com os quais ele pessoalmente enquanto Membro da Assembleia Municipal e como Líder de Bancada do PS não concordara e só intervieria devido à forma incorrecta da Munícipe para com a Assembleia e desrespeitador da mesma. -----

-----Por considerar que alguns dos considerandos não eram correctos fizera uma curta e breve intervenção que grosso modo dizia que pensava que a Munícipe não estava suficientemente esclarecida sobre toda a problemática da Quinta do Conde e que a aconselhava a ler alguma documentação sobre o que eram as AUGI's. Pensava que tinha sido sarcástico na forma como o dissera mas muito menos sarcástico do que a atitude que a Munícipe tivera no decurso da sua

intervenção e muito menos sarcástico do que a atitude que a Muniçipe tivera ao longo de toda a sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Pelas intervenções havidas pelos Membros anteriores não vira preocupação em relação ao comportamento da Muniçipe, mas sim em relação ao seu, e de um camarada seu, fora dos trabalhos da Assembleia Municipal.-----

-----Pensava que nenhuma das atitudes era louvável ou de interesse para o órgão. Eram acontecimentos que considerava que não se deveriam repetir dentro da medida do possível, mas também desafiava qualquer Membro da Assembleia Municipal a dizer o que é que criticavam objectivamente porque ninguém sabia o que é que se tinha passado entre ele e a Muniçipe, porque é que ele se exaltara. -----

-----Relativamente à intervenção do Membro Odete Graça, estava de acordo com alguns aspectos mas outros estavam manifestamente manipulados com uma determinada intenção e achava que todos deviam ter um mínimo de seriedade quando analisavam os acontecimentos porque já se tinham dado, dentro da própria Assembleia, no decurso do exercício da Assembleia, actos muito mais graves, alguns deles protagonizados por elementos da CDU com altas responsabilidades no Concelho e nunca vira a CDU ter uma atitude crítica e de auto-crítica tão violenta como a que tivera hoje de uma forma disfarçada.-----

-----Portanto da sua parte lamentava a atitude de exaltação fora do contexto da Assembleia Municipal, porque pensava que no decurso não tinha tido um comportamento que justificasse ter que se auto-criticar, mas já justificara porque é que isso sucedera. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** disse que era tudo uma questão de interpretação porque o facto de o acidente ter ocorrido após o encerramento dos trabalhos não tinha sido fora da Assembleia porque fora nas instalações da Assembleia Municipal, porque eram eleitos da Assembleia Municipal a tempo inteiro, eram representantes da população e portanto estavam disponíveis para, em qualquer momento, ouvir e dialogar com os munícipes.-----

-----Compreendia que o Membro Miguel Bastos tentasse atenuar a situação mas pensava que não seria a melhor forma. Também pensava que das palavras do Membro Miguel Bastos se poderia concluir não o arrependimento mas alguma reflexão, que se calhar mais madurada, poderia levar ao arrependimento.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** ainda respondeu ao Membro Carlos Filipe que não valia a pena

tentar manipular e manobrar as coisas. Lamentava que tivesse acontecido mas chamava a atenção dos membros da Assembleia que apelavam tanto para se ter um comportamento correcto também tinham que apelar que os munícipes respeitassem os eleitos e não entrassem em provocações directas. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** considerou lamentável que se continuasse a dizer que os munícipes provocavam a Assembleia, os membros da Assembleia Municipal podiam sentir que era uma provocação mas a pessoa podia não pensar assim, nem ter esse objectivo. -----

-----Se uma análise que se fizesse sobre o estado de uma estrada , etc, era ser provocador então ele queria ser provocador e gostava de o ser e todos deviam ser. Quando não gostavam do que ouviam diziam que provocavam o que era falta de sentido democrático e de interpretação da vontade das pessoas. Quantas vezes os membros eram provocados, entre aspas, por munícipes, quantas vezes ele fora provocado, mas ele não entendia isso como uma provocação mas sim como um desabafo, ele podia não gostar e ouvira muita coisa que não gostava de ouvir, mas nunca gritara com as pessoas. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** voltou a dizer que nenhum membro sabia o que é que se tinha passado entre ele e a Munícipe, portanto como é que o Membro Carlos Filipe podia fazer juízos de valor se tinha sido provocação ou não. -----

-----Usou depois da palavra **o Membro Francisco Alvim** que manifestou concordância quanto à proposta apresentada pelo Membro Odete Graça relativamente ao Voto de Congratulação por Timor. Em relação à intervenção da CDU julgava que eram falaciosos os argumentos da CDU e pensava que se o Período aberto ao Público fosse no início da sessão se calhar haveriam muitas mais situações como a que havia ocorrido a 3 de Maio. -----

-----**O Membro João Paulo Dionísio** disse que se após o termo da sessão não tivesse havido uma procura por parte da Munícipe as coisas teriam corrido com normalidade e hoje não estavam a discutir o assunto. Ele fora a única pessoa a ouvir o que a Munícipe dissera ao seu colega de Bancada. -----

-----Usou em seguida da palavra **o Membro Júlio Joaquim** que disse que assistia o direito aos munícipes de intervirem desde que não ofendessem os Membros da Assembleia Municipal. O Munícipe em causa interviera com o sentimento das pessoas que viviam na Quinta do Conde. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** dissera à Munícipe para consultar a legislação das AUGI's e ele

sentira um “pancadão” no estômago e já por vezes se exaltara por haver responsáveis políticos no Município que tratavam a Quinta do Conde como uma AUGI que de facto não o era. Aquilo estava a acontecer para proveito de muitos. -----

-----Tinha ficado a saber desde o dia 3 de Maio que para os responsáveis políticos do PS a Quinta do Conde era uma AUGI, o que era de todo lamentável. -----

-----Não era uma AUGI porque eram lotes com escritura, com números próprios na matriz e as pessoas estavam a ser violentadas nos seus direitos. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que nunca fora sua posição nem do PS tratar a Quinta do Conde como uma AUGI, o que dissera à munícipe fora para perceber a filosofia, a origem e a metodologia das AUGI’s para se perceber os problemas e o descontentamento que a munícipe estava a colocar. Não se podia negar que a Quinta do Conde nascera de um clandestino exactamente idêntico aos outros que hoje em dia constituíam as AUGI’s. A Quinta do Conde fora o maior clandestino do País e como clandestino que fora criava, numa área de gestão de uma Câmara, inúmeros problemas, bastava pensar que nos últimos 4 anos os munícipes eleitores da Quinta do Conde haviam passado de 6 mil e tal para 11 mil e tal, portanto um crescimento daquela ordem de valores tinha que dar inevitavelmente carências que nenhum município conseguia compensar. -----

-----Se o Membro Júlio Joaquim dissesse que achava que o PS e a gestão da Câmara Socialista fizera pouco pela Quinta do Conde para colmatar os 6 mil ou os 11 mil eleitores e que devia ter andado mais depressa, ele próprio até poderia aceitar que se tivesse podido fazer mais, mas achava que tinha feito bastante. -----

-----Se o Membro Júlio Joaquim dissesse que achava que a CDU ao longo de vinte e tal anos fizera muito pouco pela Quinta do Conde ele também achava que em determinados aspectos fizera pouco, mas o mesmo Membro não podia negar que muitos dos problemas que preocupavam a Quinta do Conde e o Município vinha de uma origem de um determinado processo histórico que não era possível esquecer. -----

-----Se esta Câmara cometera erros talvez fosse em se preocupar demasiadamente em certos sectores em determinada altura com a Quinta do Conde, em prejuízo de outros sectores do Município, porque haviam freguesias no Concelho que se sentiam prejudicadas, entre aspas, por no último mandato terem sido preteridas em relação à Quinta do Conde. -----

-----Lamentava que não houvessem condições para gerir melhor todo o território mas não se podia escamotear a questão e o Membro não afirmasse que ele ou o seu Partido geria a Quinta do Conde como uma AUGI. -----

-----O **Membro Júlio Joaquim** disse que rejeitava liminarmente as afirmações do Membro Miguel Bastos porque quanto sabia os lotes da Quinta do Conde tinham escrituras feitas pelo notário e ninguém denunciara a ilegalidade das mesmas. A Quinta do Conde não tinha nada de clandestinidade. -----

-----O **Membro Lisandro Trafaria** perguntou se sempre que necessitassem na Quinta do Conde de fazer uma escritura de um lote se precisavam, ou não, de uma certidão da Câmara para a fazer. Ele precisara. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Congratulação sobre Timor, atrás transcrito, tendo merecido aprovação unânime.** -----

-----Encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia o Presidente da Assembleia Municipal abriu a Ordem de Trabalhos dando início ao ponto único “**Contração de Empréstimo a longo prazo pela Câmara Municipal de Sesimbra**”. Informou que o assunto baixara para análise e emissão de parecer à Comissão “B” que reunira e emitira acta mas remetia a decisão para o Plenário. -----

-----Aberta a discussão usou da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que começou por dizer que se estava perante um pedido de autorização da Câmara Municipal para a contração de um empréstimo de 5 milhões de euros para fazer o saneamento financeiro da Câmara Municipal, mas não se podia analisar aquele pedido sem analisar o conjunto de toda a envolvente que provocara o pedido. No fundo este ponto era a sequência do Relatório e Contas aprovado no dia 3 de Maio, onde a Câmara Municipal fizera a “mea culpa” e dissera que afinal não tinham gerido tão bem como gostariam. -----

-----A gestão socialista, agora com maioria relativa, vinha pedir para pagar as dívidas que fizera no mandato anterior quando detinha a maioria absoluta e onde orçamentara receitas na ordem dos 24 milhões de contos e onde muitas delas não recebera, e nem o dinheiro disponível soubera gerir porque tinha 1 milhão e 200 mil contos para gerir e apenas gastara 200 mil nas obras, mas se a Câmara não tivera arte e engenho para utilizar as verbas do empréstimo para obras específicas, já tivera a arte e o engenho de se saber endividar para além dos limites que eram razoáveis, atingindo no final do ano uma dívida de curto prazo de 1 milhão e 600 mil contos declarados, não estando

sequer identificados os compromissos assumidos e não revelados, ou seja, a Câmara para além de 1 milhão e 600 mil contos de dívida ainda tinha, e não sabia quanto, outras verbas de compromissos assumidos que a curto prazo se iriam tornar em dívidas, mas ainda não sabia quanto era porque as facturas não estavam passadas. -----

-----A Câmara Municipal no final do mês de Maio vinha, sem apresentar à Assembleia Municipal o Plano de Actividades e Orçamento para o ano em curso, solicitar a contracção do empréstimo para o saneamento financeiro. Qualquer pessoa perguntaria se a Assembleia Municipal iria passar um cheque em branco, na responsabilidade política, porque se sabia o valor, para pagar as dívidas do anterior mandato. A atitude correcta da Câmara seria apresentar o Plano de Actividades e Orçamento até em simultâneo com o processo de empréstimo para que a Assembleia Municipal pudesse avaliar qual era a perspectiva em termos financeiros, em termos de planeamento e em termos de realizações para o próximo ano e especialmente em termos de correcção de erros que todos conheciam e a própria Câmara admitira na última sessão que haviam existido na gestão anterior. -----

-----Se hoje a Assembleia aprovasse o empréstimo não sabia o que é que iria aparecer no Orçamento. -----

-----O empréstimo iria ser pago a 12 anos, ou seja a má gestão de um ano iria ser projectada no exercício de 3 mandatos. Assim a Assembleia autorizava a Câmara a pagar as dívidas de capital, segundo informação do Vereador na reunião da Comissão, e ele tentara saber quais os critérios a adoptar mas a resposta que obtivera fora que a gestão era da Câmara. -----

-----Assim, na Assembleia só se tinha que fazer o papel de bobos, aprovar o empréstimo e depois logo se via. -----

-----Se se fosse ver os documentos do processo, nomeadamente o orçamento de tesouraria verificava-se que para o ano de 2002 a Câmara no fim do ano previa o seguinte: o total das receitas seriam 44 milhões 382 mil 583 euros, o total das despesas 49 milhões, ou seja a Câmara Municipal previa que o saldo de tesouraria apresentasse 5 milhões de euros. -----

-----A sua Bancada tinha alguma dificuldade em compreender o "timing" apenas por necessidade política de resolver determinado tipo de problema sem o Plano de Actividades e Orçamento. -----

-----O PSD propusera uma auditoria à Câmara Municipal e à gestão da Câmara Municipal porque se algo estava mal devia ser corrigido, mas como quem não estava habituado a gerir

entendia a auditoria como uma caça às bruxas e não um instrumento de gestão fundamental para quem geria, para saber onde geria mal, corrigir erros, apontar soluções. -----

-----O Vice-Presidente na reunião da Comissão dera a entender que o empréstimo para o saneamento financeiro da Câmara, não aumentava o endividamento da Câmara e abria a porta para a possibilidade de pedir mais algum, pelo que ele perguntava onde é que as coisas iam parar com aquela forma de gerir.-----

-----A Bancada do PSD não podia concordar com a forma como o pedido era apresentado sem uma perspectiva de auditoria à Câmara Municipal, sem o Plano de Actividades e Orçamento para se poder guiar e orientar e verificar quais eram os objectivos e as linhas de rumo da Câmara Municipal para o corrente ano. -----

-----Sabia que haviam pessoas que estavam à espera da contratação do empréstimo para receberem o valor que tinham em dívida, mas essas pessoas, com as quais se preocupava, que o desculpassem porque também tinha que se preocupar com o futuro do Concelho porque era para isso que fora eleito.-----

-----A sua Bancada tinha que saber qual o rumo do Concelho e onde a Câmara pensava corrigir os erros do passado, sob pena de chegar ao fim do ano e lhe aparecer outro empréstimo para saneamento da Câmara Municipal. -----

-----Quem hoje assumisse a responsabilidade em aprovar o empréstimo teria que assumir quando aparecesse novo empréstimo de saneamento financeiro. Enquanto Membros da Assembleia Municipal deviam apelar para a correcção da gestão da Câmara Municipal de Sesimbra e ajudar a corrigir erros de gestão e o que se estava a fazer era a premiar e a autorizar que se continuasse a fazer os erros de gestão cometidos no passado. -----

-----Seguidamente o **Membro Sandra Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

-----"Somos hoje chamados a aprovar a contratação de um empréstimo a longo prazo pela Câmara Municipal de Sesimbra, até ao valor de 4.987.980.00 Euros, para cumprir um objectivo que é desde logo mencionado na acta da reunião de Câmara como sendo para "saneamento financeiro e restabelecimento dos bons níveis de confiança desta Câmara junto de empreiteiros e fornecedores com quem a Câmara assumiu compromissos..." -----

-----Ora, na sequência da postura política responsável e construtiva desta bancada, ouvidos os esclarecimentos dados pelo Sr. Vereador do pelouro à Comissão de Finanças desta assembleia,

sobre tal oferece-nos dizer o seguinte: -----

-----Mais uma vez e na senda do que temos vindo a dizer já há algum tempo a esta parte, é lamentável que, mais uma vez se tenha que recorrer à contratação de empréstimos para cobrir despesas que deveriam ter sido bem orçamentadas, pois só pelo facto de tal não ter acontecido e de não terem sido dados ouvidos a esta Bancada... Lá voltamos a ver o mesmo filme!. -----

-----Em segundo lugar, surge a perplexidade na fundamentação desta contratação..., se bem que se diz que é para saneamento financeiro com encargos assumidos e não pagos a empreiteiros e fornecedores, conforme acta da reunião de Câmara, por outro lado, em sede de esclarecimentos à Comissão Municipal, lá "escapou" que tal empréstimo seria apenas e só para pagamento de dívidas de curto prazo de capital, sendo os fornecedores pagos com a "folga" que a Tesouraria fosse tendo e que certamente terá, após a contratação do referido empréstimo. -----

-----E são nestes 2 pontos que se centram a nossa discórdia política e de gestão em relação a esta Câmara, porque o que entenderíamos - embora com alguma dificuldade pois a contratação do empréstimo nem sequer deveria ser necessária com uma Orçamentação correcta e aceitação de alguns avisos que esta Bancada lançou em tempo - seria que o valor do empréstimo fosse despendido num saneamento total, completo de todos os encargos assumidos e não pagos e não apenas de alguns, tendo de esperar outros por melhores dias, com tal não concordamos em absoluto, visto que os fornecedores (pequenos ou grandes / com maiores ou menores dificuldades financeiras!) todos mereciam ser pagos com a máxima urgência, para que esta Câmara recuperasse efectivamente a confiança junto de todos os seus credores e população local em geral. Com a solução agora preconizada por esta Câmara tememos que tal não aconteça, ficando sempre mal o pequeno empreiteiro ou o pequeno fornecedor que negociou com a Câmara. -----

-----Mais uma vez esta Bancada alerta que continuaremos vigilantes, à espera de um sinal de bom senso e coerência na gestão dos dinheiros, credibilidade e dignidade desta Câmara."-----

-----**O Membro Albertina Oliveira** rejeitou a afirmação feita pelo Membro Carlos Filipe. O Vereador não dissera que ao pagar a dívida iria possibilitar contrair mais dívidas. A intenção do presente empréstimo era reactivar a confiança das empresas no Concelho e não com o sentido de se voltar a endividar se não justificar a obra. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** esclareceu que na reunião da Comissão quando fora explicado que o empréstimo não iria aumentar o endividamento da Câmara porque a dívida já existia e este

tipo de empréstimo não aumentava o endividamento da Câmara em termos de recursos a obras, o Vereador dissera que abria a possibilidade de contrair novos empréstimos. Estavam mais membros que poderiam confirmar que isto fora dito. Ele queria saber se no Plano de Actividades e Orçamento aquela intenção se revelava ou não porque para além de desconfiar de muita coisa, de má gestão da Câmara Municipal, estava desconfiado que a seguir ía-se levar com mais algum empréstimo. A Assembleia Municipal não tinha o direito de estar a comprometer o futuro do Concelho com empréstimos que nem se sabia para onde íam. -----

-----Se se ia esgotar a capacidade de endividamento da Câmara o que é que fariam os que vinham atrás? Fechavam a porta? O Concelho não terminava quando terminasse o mandato. O Concelho teria muitos mandatos à frente e muitas responsabilidades e muitas necessidades da população. -----

-----Hoje em dia recebia-se muito dinheiro das obras, das taxas e gastava-se de qualquer maneira e amanhã quando as pessoas quisessem que a Câmara arranjasse as ruas e os esgotos a Câmara estaria a pagar dívidas e não teria dinheiro para aquilo. Bastava ver como estavam muitas ruas de Sesimbra cheias de buracos. -----

-----A Bancada do PSD preocupava-se com o futuro do Concelho. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que todos os Membros da Assembleia queriam dar o seu contributo para um Concelho melhor. -----

-----A posição que a CDU vinha tendo quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal era uma posição construtiva, crítica, mas fazia-o no sentido de não se desresponsabilizar dos actos e das posições que assumia. -----

-----Quando o PSD propusera uma auditoria fora com o propósito de saber qual a situação financeira da Câmara, e sobre esta matéria os vereadores da CDU haviam reconhecido que embora fosse importante ter conhecimento da radiografia financeira, essa medida poderia ser feita pelos serviços do Município e dera-se cerca de 3 meses para essa contabilidade ser feita, porque o que realmente estava em causa eram os fornecedores que estavam numa situação de dificuldade económica, portanto não estava em causa “castigar” os eleitos do PS que geriam a Câmara Municipal, mas era sobretudo, independentemente da crítica que estava a ser feita, que colocassem como primeiro objectivo a salvaguarda de muitas das pessoas que estavam a viver momentos de preocupação no Concelho e não só, e fora nessa altura que os elementos da CDU alertaram para a

importância da contratação do empréstimo com aquele objectivo. -----

-----Portanto a primeira posição da CDU era crítica, construtiva e nesse sentido apresentar propostas de alteração.-----

-----Uma autarquia e uma Câmara teria necessariamente dívidas, mas devia-se ter consciência que os momentos económicos não eram sempre os mesmos e devia-se acautelar e era essa a atitude da Assembleia Municipal ou seja de fiscalização relativamente à gestão. -----

-----Disse depois que reconhecia as boas intenções da Câmara Municipal no que dizia respeito ao restabelecimento da confiança dos empreiteiros e fornecedores mas gostaria que publicamente fosse assumida a prioridade e um conjunto de eventuais critérios sob os quais a Câmara se poderia orientar no sentido de dar cabal resposta ao objectivo que colocara. -----

-----Perguntou, depois, quais eram as formas de colher mais receita e se era possível a Assembleia Municipal ter conhecimento das medidas para contenção de despesas, como era referido na proposta da Câmara.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** perguntou à membro Odete Graça se não achava que as respostas às suas perguntas deveriam ser respondidas com a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2002 .-----

-----**O Membro Odete Graça** respondeu que se tecnicamente seria mais correcto, politicamente era mais importante dar satisfação às preocupações da população. -----

-----**O Membro Júlio Alves Joaquim** disse que tinha lido o POCAL onde era referido que para se analisar a capacidade de endividamento existia um mapa que se chamava Balanço esquemático. Estava à espera que esse documento surgisse para poder fazer uma análise mas o que aparecera era o mapa dos encargos anuais a satisfazer com a liquidação dos empréstimos, pelo que pedia ao Vereador que lhe explicasse como é que através daquele documento conseguia ver a capacidade de endividamento da Câmara para o corrente ano e como é que podia prever a capacidade de endividamento para os anos que se seguiam.-----

-----Cedido o uso da palavra à **Câmara Municipal, o Presidente** começou por dizer que aquando da última sessão da Assembleia onde se discutira e aprovara o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência respeitante a 2001 tivera a oportunidade de afirmar que a situação financeira da Câmara era preocupante e afirmara também que em função disso a contenção de despesas passara a ser maior uma vez que logo no primeiro mês do ano a Câmara percebera que a sua filosofia teria de

ser alterada uma vez que, os últimos tempos e os que se aproximavam, obrigava a que a política de gestão não fosse aquela que haviam preconizado para o início do novo mandato. Dissera também que haviam sido tomadas algumas medidas no que respeitava ao pagamento de alguns fornecedores e afirmara que outras medidas iriam ser tomadas e algumas delas iriam recair sobre todos os munícipes porque a Câmara investira, nestes últimos anos, em duas áreas fundamentais, a água e saneamento, e uma vez que eram investimentos que obrigavam a um grande esforço por parte da Câmara era óbvio que não poderia manter os custos da água como se encontravam. -----

-----Uma vez também com a ETAR da Bacia a funcionar bem como a da Quinta do Conde, era lógico que as taxas teriam de ser outras dado que, pelo menos naquelas duas áreas do Concelho, passara-se a ter o esgoto doméstico tratado. Também dissera que outras opções estavam a ser analisadas e uma delas era o empréstimo que hoje estava a ser presente à Assembleia Municipal de aproximadamente 5 milhões de euros que tinha como objectivo repor os bons níveis de confiança dos empresários uma vez que era importante que esses mesmos fornecedores e empresários pudessem receber e a Câmara Municipal não fosse vista por uma má pagadora que era efectivamente o que não pretendia. -----

-----A Câmara felizmente tinha capacidade de endividamento e como tal nem os fornecedores a quem a Câmara tinha dívidas, nem a população, ficariam bem com a Câmara se esta não utilizasse os financiamentos que estavam ao seu alcance para não só solver os compromissos já assumidos e não pagos como poder permitir com que elevado número de obras que estavam em curso pudessem ter continuação. -----

-----Era sabido que este empréstimo transformava a dívida de curto a longo prazo e se a Câmara tinha a arte e engenho para se endividar, ninguém duvidasse que a Câmara tivera todo um trabalho nos últimos 4 anos de modo a dotar este Concelho de obras que eram fundamentais para o bem estar da população que eram reclamadas há muito tempo, obras finalmente iniciadas e concluídas e outras que estavam em curso e que de forma alguma se podia cair no perigo de essas mesmas obras não terem continuidade. -----

-----A Câmara não poderia permitir que o Cine-teatro João Mota hoje finalmente com obra em curso parasse. Não podia permitir que a ampliação da escola da Aiana não prosseguisse. A obra da escola da Quintinha era urgente que se iniciasse já que estavam construídos os pavilhões que iriam realojar os alunos. -----

-----Não faria sentido que com o investimento feito no Castelo se mantivesse lá o cemitério, razão pela qual ao fim de 20 anos tinha iniciado a obra do novo cemitério da Aiana. -----

-----O abastecimento de água à Lagoa de Albufeira era uma realidade. Era verdade que com a participação dos moradores da Lagoa de Albufeira, mas se não tivesse havido a vontade política em reconverter aquela zona do Concelho com o grande papel predominante dos proprietários hoje não existiria uma conduta elevatória até Aiana, não se teria um depósito elevado, um depósito apoiado e toda a obra de distribuição de água dentro da Lagoa de Albufeira.-----

-----Em Junho fazia 4 anos que a Câmara fora confrontada com problemas no abastecimento de água à freguesia de Santiago e do Castelo, que se haviam prolongado por Julho pelo facto de não existir uma rede de elevação de água suficiente para se poder dar resposta às necessidades do Concelho e aí a Câmara tivera desde logo que intervir para não mais voltar a ter o problema. -----

-----Como é que a Câmara podia ser criticada naquela dívida quando estava em construção o depósito de abastecimento de água elevado e um depósito apoiado às populações que viviam no Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas. -----

-----Como è que a Câmara podia ser criticada quando estava a construir a escola Básica nº. 3 do Conde 1, há muito tempo reclamada e era verdade que eram necessárias mais escolas para a Quinta do Conde, e já se iniciara a construção do Pavilhão Gimno-desportivo da Quinta do Conde . -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra tinha compromissos que queria assumir com o Grupo Desportivo de Sesimbra até 25% do montante da obra para a construção da piscina, queria cumprir com a ACRUTZ com a construção das instalações desportivas e sociais, amanhã seria lançada a 1ª. Pedra da Cercizimbra e a Câmara Municipal de Sesimbra queria estar com os deficientes do Concelho. -----

-----A Câmara queria apoiar todo o movimento associativo que tinha projectos e engrandecia o bem estar de todos os sesimbrenses. -----

-----Portanto se a Câmara Municipal de Sesimbra tinha a arte e o engenho de se endividar tivera o trabalho de mandar executar projectos, mandar executar obras. -----

----- Com o empréstimo de 1 milhão de contos iria pagar parte da dívida e iria permitir, com uma gestão que tinha de ser diferente do passado, e reconhecia isso, iria ter condições para concluir todas essas obras e mais algumas que efectivamente o Concelho necessitava como as obras de saneamento da Freguesia do Castelo. -----

-----Relativamente a estas obras a Administração Central teria que participar, quer através de uma empresa multimunicipal ou intermunicipal. Era importante que o actual Governo desse sequência a um projecto que vinha do anterior, que era dar uma linha de crédito para as Câmaras poderem executar as obras de saneamento. -----

-----Foi pelo trabalho desenvolvido que a população, nas eleições autárquicas, continuara a manifestar o seu apoio, apesar de levar um puxão de orelhas, mas não queria que esse puxão de orelhas se repetisse nas próximas eleições autárquicas, queria sim continuar a trabalhar mesmo que tivesse que recorrer a um novo empréstimo para que as obras viessem a ser uma realidade. -----

-----Era aquele o empenhamento de todos na Câmara. -----

-----Sabia quem na Câmara estava a defender de corpo inteiro aquilo, tinha algumas dúvidas que fossem na totalidade, mas ele e quem o acompanhava no projecto tudo faziam para que assim fosse.

-----Cedido depois o uso da palavra **ao Vice-Presidente** este iniciou por dizer que como o Presidente da Câmara já afirmara as razões do empréstimo não se prendiam com a má orçamentação dita pela Bancada da CDU mas sim com a realização de muitas obras. Tinha havido um forte investimento. Dos 24 milhões que a Câmara tivera ao seu dispor em 4 anos, 10 milhões e meio de contos fora investimento realizado do qual apenas 1,1 milhões de contos ficara por pagar em termos de curto prazo de investimento, portanto julgava que globalmente não se poderia colocar a questão em termos de mau orçamento mas sim em termos de um grande volume de investimentos ao longo de 4 anos, onde num dos mesmos o investimento pago superara as despesas correntes que a Câmara tivera, coisa que nunca tinha acontecido, também não havia condições para que isso acontecesse, mas tinham havido muitos anos em que a despesa com o pessoal era superior às despesas de investimento da Câmara. -----

----- Era importante reconhecer que tinha havido meios mas também tinha havido a capacidade para o fazer. -----

-----Quanto à questão dos critérios haviam 2 prioridades principais a alcançar com o empréstimo. Numa perspectiva técnica de boa gestão nenhuma Câmara se devia endividar para despesa corrente mas sim para investimento. Era essa a razão principal porque se dizia que o milhão de contos iria ser aplicado preferencialmente nas dívidas de capital e por outro lado a forma como fora calculado o montante de financiamento a obter, tivera a ver com o montante da dívida de curto prazo de capital mas obviamente não teria duas bolsas e hoje dia 24 de Maio grande parte daquilo

que eram dívidas de curto prazo por obras que estavam em curso e que não podiam parar de forma nenhuma e a pequenas e médias empresas locais, já estavam a ser resolvidas. -----

-----Portanto não se pusessem em dúvida que a única utilização era para pagar aos empreiteiros para que as obras se mantivessem e para que nos novos concursos que a Câmara pudesse abrir as empresas pudessem concorrer com preços razoáveis. -----

-----A boa gestão implicava equilibrar a forma como se gerava a dívida e isso estava a ser feito.

-----A dívida da Câmara não se calculava de um dia para o outro. A dívida até 31 de Dezembro era aquela que tinha de ser definida claramente porque a Câmara tinha que aceitar pagar as dívidas de anos anteriores, e essa dívida era deliberada pela Câmara em meados de Fevereiro, porque não era de um dia para o outro que se calculava a dívida, havia que recolher todas as facturas, havia que as conferir, etc. O que podia dizer era que face ao movimento financeiro destes primeiros meses e face às obras que o Presidente enumerara, podia dizer que a dívida não estava agravada, o que significava que se tinha pago parte daquilo que tinham sido encargos assumidos no ano anterior mas também tinham entrado alguns autos de medições e facturas já deste ano. -----

-----Continuava-se a confundir dívida com compromissos, compromisso era quando a Câmara adjudicava uma obra de 1 milhão de contos e a partir desse momento tinha um milhão de contos de compromisso, dívida era quando aparecia a primeira factura. -----

-----Relativamente à contenção de despesas, o Vice-presidente disse que não haveria um único despedimento na Câmara de Sesimbra, contrariamente ao que se vinha ouvindo em relação a outras Câmaras. -----

-----Muita prestação de serviços à população tinha a ver com despesa corrente, fosse de pessoal no seu horário normal e pós horário normal, fosse na aquisição de alguns bens e na realização de certos serviços. Havia efectivamente a garantia de que não seria necessário dispensar pessoal contratado, todos os direitos dos trabalhadores seriam mantidos até porque era um ponto de honra para a Câmara Municipal porque só tinham sido contratadas pessoas porque eram necessárias face aquilo que era o serviço que a Câmara tinha que prestar, naturalmente que em período de menor receita, havia que reduzir aqui ou acolá a despesa corrente e isso estava-se a fazer e já dera resultados objectivos neste mês de Maio, o que significava que dali para a frente os resultados seriam muito mais palpáveis e daqui a uns meses ter-se-ia a felicidade de se perceber que tinha valido a pena fazer a contenção nalguns aspectos. -----

-----No momento em que a Câmara aprovara a contratação do empréstimo a um banco com um plano de pagamentos certo, determinava-se quais os encargos resultantes a pagar e em consequência disso determinava-se a capacidade de endividamento oficial após o empréstimo, ora era esse documento que entregara à Comissão, porque o que a Assembleia recebera era um quadro com base numa estimativa face às propostas dos Bancos. Era aquele o documento que a Lei exigia que fosse emitido. -----

-----Ter-se capacidade de endividamento era sinónimo de boa gestão. A capacidade de endividamento podia aumentar por duas vias diferentes, seguramente que em 2003 com o empréstimo, a capacidade de endividamento seria inferior à que era hoje porque a Câmara iria ter mais encargos mas nunca se poderia afirmar aquilo perentoriamente porque haviam dois critérios possíveis para calcular a capacidade de endividamento, um era face aos encargos, outro era face a determinado tipo de receita, nomeadamente receitas do orçamento do Estado e portanto com aqueles dois critérios havia a possibilidade de se ir aferindo por um dos dois, ou seja, em bom rigor, em nenhum momento seria possível prever mais do que aquilo que constava do mapa. Até ao final de 2002 a capacidade de endividamento rondava 21,1 milhões de euros. -----

-----Havia outro conjunto de receitas que poderiam entrar brevemente. Fora solicitado pela Repartição de Finanças local um apoio no sentido da necessidade de actualizar um conjunto de matrizes que já não eram actualizadas há um ano ou dois e a Câmara estava a fazer um esforço no sentido de apoiar esse trabalho porque isso significava provavelmente que a receita da contribuição autárquica aumentasse, porque no ano de 2001 as expectativas do valor a arrecadar eram muito superiores e até chegara a dizer, por brincadeira, se não estariam as Câmaras a subsidiar o défice do estado. Até hoje isso estava por provar e não sabia se algum dia seria provado, mas de qualquer forma o valor das matrizes devia ser actualizado. -----

-----Haviam outras receitas que estavam bem encaminhadas no sentido de serem resolvidas. Havia contenção de despesa, não porque noutras fases tivesse sido dinheiro mal gasto, mas porque se estava numa fase em que era preciso contê-la de uma forma selectiva e com base numa análise correcta da situação e tomadas as melhores decisões caso a caso sobre onde poupar ou não. -----

-----Relativamente à auditoria ninguém melhor que o Tribunal de Contas estava em condições de julgar e era de borla, não podiam cobrar. Se por acaso quisessem investigar alguns documentos faziam-no, assim como a IGAT e a Inspeção Geral de Finanças investigariam sempre que

quisessem. -----

-----Por outro lado internamente poderiam dar resposta a um conjunto de questões que eram colocadas. Já haviam dado algumas quando se tratara do Relatório e Conta de Gerência e daria muito brevemente outras aquando da apresentação do Plano e Orçamento.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que começou por dizer que a CDU tentava arranjar uma tábua de salvação para conseguir votar a favor ou abster-se, mas notava-se a falta de convicção. -----

-----Disse depois que de certeza que o Presidente da Câmara não possuía todo os dados porque quando dizia que a dívida tinha a ver com obras que estavam em curso e não podiam parar, nomeadamente o cinema, escola da Quintinha, gostaria de esclarecer o Presidente da Câmara que as obras que ele referira tinham empréstimos específicos, eram obras que faziam parte do lote do empréstimo de 1.200.000 contos contratados há cerca de 2 anos atrás e dos quais a Câmara Municipal de Sesimbra só gastara 200 mil contos. -----

----- Portanto a Câmara não tivera capacidade para gastar 1 milhão de contos do empréstimo mas tivera capacidade para arranjar mais dívidas que não estavam orçamentadas. Rigorosamente a Câmara Municipal de Sesimbra não sabia o que é que andava a fazer. Programava, orçamentava, estipulava prioridades e depois não gastava o dinheiro nas prioridades que estabelecia e gastava noutras, pelo que perguntava para o que é servia o orçamento. -----

-----Perguntou depois quem é que pagara o depósito de água da Lagoa de Albufeira, era importante saber o valor das participações da população da Lagoa de Albufeira e saber-se quanto é que a Câmara investira, portanto não valia a pena falar daquela obra porque eventualmente a obra já estaria paga. -----

-----Relativamente à capacidade de endividamento, o que o preocupava era a capacidade de pagamento. -----

----- Haviam perspectivas e necessidades a médio e longo prazos em termos de investimentos e recuperação do património da autarquia e dos munícipes, nomeadamente as ruas, os esgotos, etc. --

-----A sua opinião era que o limite de endividamento das autarquias estava muito elevado, ele devia ser mais baixo. -----

-----A Câmara não estava a pedir empréstimo para saneamento financeiro, o que estava a pedir era um balão de oxigénio para a tesouraria, porque se a Câmara tinha dívidas elas eram pagas pela

tesouraria. A única diferença entre este empréstimo e o que a Câmara pedira no início do ano era que este era de longo prazo e o outro de curto prazo. Para saneamento financeiro era necessário um Plano com objectivos traçados e ideias concretas relativamente ao que se pretendia, saber qual era o mal, qual era a cura e quais eram os objectivos, e os objectivos da Câmara eram só um, ou seja, pagar a quem devia. -----

-----Nos documentos fornecidos pela Câmara existiam duas situações em que os encargos para os anos de 2002 não estavam contabilizados nem as amortizações mas daqui por uns tempos apareciam as amortizações e a capacidade de endividamento da Câmara encolhia automaticamente.

-----A questão fundamental era saber como é que se ía pagar o empréstimo, qual a repercussão que o endividamento tinha no futuro da autarquia. Estava preocupado com as pessoas que estavam à espera da liquidação das suas dívidas mas eram eleitos para gerir o Concelho, os que deviam, os que não deviam, os que eram credores e os que eram devedores, isto é, os interesses globais do Concelho. -----

-----Quanto à Câmara não despedir ninguém, sabia que a Câmara era pródiga em admitir pessoal, em fazer contratos e enquanto houvesse um degrau de escada livre era sempre a entrar. -----

-----Qualquer pessoa responsável não podia, naquelas condições, sem sequer saber qual o Plano de poupança da Câmara., aprovar este pedido de empréstimo. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que o PSD considerava que as auditorias eram prioritárias e fundamentais para a melhoria da gestão do Município mas ele considerava que a única intenção que existia realmente da Bancada do PSD na auditoria era paralisar a Câmara Municipal. -----

-----Pensava que o empréstimo era um mal necessário para resolver a situação económica da Câmara neste momento. Vinha corrigir os desequilíbrios que se haviam verificado no último ano de gestão. Havia um conjunto de obras que estavam a ser desenvolvidas pressupondo um conjunto de receitas que não se haviam verificado e nesse aspecto haviam-se contraído situações que das duas uma, ou se parava o desenvolvimento do Município, ou tinham que assumir as responsabilidades da contratação do empréstimo. Portanto dentro daquela perspectiva desde o momento em que a Câmara tivesse condições o empréstimo devia ser assumido como forma de gestão. -----

-----Como o Presidente da Câmara já informara existiam taxas e licenças para levantar em valores que rondavam os 2 milhões de contos e portanto seria possível de uma forma calma e serena

continuar a melhorar a gestão do Município, permitindo o empréstimo numa situação de equilíbrio.

-----Não acreditava que da parte da Câmara Municipal, nomeadamente do Vereador da parte financeira, não houvesse preocupação em relação às dívidas aos fornecedores e empresários, porque sempre fora timbre da autarquia, independentemente das pessoas que tinham estado à frente do Município, ter em linha de conta os aspectos sociais do Concelho e por isso é que o Concelho desde o 25 de Abril vinha sendo gerido numa política de esquerda com algumas insuficiências e incapacidades próprias da pessoa humana mas a população vinha tendo o bom senso naquele tipo de opção. -----

-----Era dentro daquela perspectiva que a Bancada do PS considerava que estavam reunidas as condições para poder aprovar a contratação do empréstimo e via com satisfação que uma das medidas que o Município tinha implementado era um conjunto de contenções em determinadas áreas que íam dando os seus frutos e davam a garantia de que se ía reequacionar uma situação de equilíbrio. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que o que o Membro Carlos Filipe referira quanto aos encargos era falso porque não haviam encargos a pagar até ao final de 2002 conforme constava de um quadro que estava junto ao processo. -----

-----Relativamente às obras que falara, a Câmara pagara 3 milhões de contos das grandes obras que referira e algumas em curso, onde também estava o saneamento da bacia. Devia 600 mil contos. Obras com financiamentos a receber de 1 milhão e 250 mil contos. Por facturar 2 milhões e 400 mil contos e o défice era aproximadamente de 1 milhão e 150 mil contos que era o empréstimo que a Câmara pretendia contratar. -----

-----Por proposta do Membro Miguel Bastos os trabalhos foram suspensos por breves minutos. --

-----Recomeçados os mesmos o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta da Câmara Municipal de contratação de empréstimo de longo prazo para saneamento financeiro até ao montante de 4.987.980 € (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta euros) nas condições propostas pelo Banco Espírito Santo, tendo sido aprovado, por maioria, com 17 votos a favor do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, e 6 votos contra da Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** prestou, em nome da Bancada do PSD, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

-----“O PSD vota contra o pedido de empréstimo apresentado pela Câmara Municipal porque entende que o pedido de empréstimo desta natureza deveria ser suportado por documentos que viessem a provar uma política de reequacionamento da gestão da Câmara Municipal, que viessem provar a realidade da contenção propalada pela Câmara Municipal porque os sinais que nós recebemos diariamente por parte da Câmara Municipal não são de contenção, bem pelo contrário, são de manutenção do mesmo tipo de gestão e de continuação de gastos, e por outro lado porque nós entendemos que aquilo que a Câmara aqui vem apresentar não é um empréstimo para saneamento financeiro é sim um empréstimo para auxiliar a tesouraria uma vez que falta nesta proposta um conjunto de documentos que deveriam ser analisados pela Assembleia ou antes do pedido ou em simultâneo com o pedido que nos pudesse dar a orientação da Câmara Municipal relativamente à gestão futura.-----

-----Pensamos que ao aprovar este empréstimo estaríamos a prestar um péssimo serviço ao Concelho, estaríamos a prestar um serviço de irresponsabilidade ou estaríamos a dar um sinal de aprovação da irresponsabilidade que tem sido a gestão da Câmara Municipal nos últimos 4 anos e nós não queremos dar esse sinal, queríamos sim dar um sinal de uma alteração e uma forte vontade de alteração da gestão. -----

-----Por isso mesmo votamos contra o pedido de empréstimo, não estando em causa a vontade de se pagar a quem se deve porque isso é um princípio que sempre devemos seguir. Se devemos temos que pagar, mas não está só em causa a questão do pagamento para nós, está em causa o futuro do Concelho.”-----

-----O Membro Odete Graça prestou, em nome da Bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----"O voto desta Bancada foi no sentido de não hipotecar ainda mais, nem as esperanças de alguns credores no recebimento do que lhes é justamente devido, nem a vontade expressamente assumida desta Câmara de recuperar a confiança e credibilidade negocial e de pagadora que uma Autarquia necessariamente tem sempre de ser, face à população que a elegeu. -----

-----Embora discordando do meio, um pouco tortuoso, parcialmente com o fim, teremos sempre que concordar! Tal sempre foi o nosso apanágio: responsabilidade e credibilidade face à população! No entanto, repetidamente voltamos a recomendar rigor na gestão, orçamentação e planeamento financeiro dos dinheiros públicos para que o exemplo venha sempre de cima e neste

sentido, permaneceremos atentos!-----

-----*Na qualidade de membros desta Assembleia Municipal continuaremos a desempenhar a nossa função de fiscalizadores.*"-----

-----**O Membro Miguel Bastos** apresentou, em nome da Bancada do PS, a **Declaração de Voto** que se passa a transcrever:-----

-----*“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente o empréstimo por considerar que ele é fundamental para o reequilíbrio do Município permitindo assim a continuação do desenvolvimento do Concelho.”*-----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** abriu o **Período de “Intervenção Aberto ao Público”**, tendo usado da palavra **o Município Manuel Carvalho residente na Lagoa de Albufeira** que demonstrou o seu desagrado pelas entradas e saídas de alguns dos presentes.-----

-----Falou em seguida a **Município Maria Helena Balaio Mendes Quitério** que quis esclarecer a Assembleia Municipal que a frase que havia dito ao membro Miguel Bastos fora que quando comprara a sua casa comprara um lote e não tinha nada a ver se a Quinta do Conde fora clandestina, quando comprara já era um lote.-----

-----Alertou em seguida para vários problemas nomeadamente; a falta de escolas e todas as sequências que daí advinham; falta de um posto clínico; a pavimentação de todas as ruas; a alta velocidade que se verificava na Avenida 1º. de Maio que já provocara vários acidentes mortais.-----

-----**O Presidente da Câmara** respondeu que a freguesia da Quinta do Conde tinha tantos ou mais problemas que as outras duas Freguesias do Concelho. Todos tinham consciência que havia muito por fazer na Quinta do Conde e havia muito que investir no Concelho, era tudo uma questão de prioridades. No mandato passado a Câmara investira seriamente na Quinta do Conde, não fora decerto o que agradaria aos Quinta condenses, mas fora o possível, ajudara a Câmara a endividar-se, quiçá no milhão e seiscentos mil contos de dívida de curto prazo, grande parte dele fosse proveniente de muitas obras realizadas na Quinta do Conde, obras de saneamento porque primeiro eram estas obras e só depois as obras de pavimentação.-----

-----Mas não era só na Freguesia da Quinta do Conde que era necessário pavimentar também em Santiago e principalmente no Castelo haviam muitos arruamentos por pavimentar e não tinha saneamento em muitas das Aldeias e era uma Freguesia com 800 anos, assim como não tinha as

escolas necessárias.-----

-----Era verdade que a Quinta do Conde precisava de um Centro de Saúde mas só faltava vontade política do actual governo para se avançar. -----

-----Também o Centro de Saúde de Sesimbra estava em péssimas condições, a construção estava em PIDDAC, assim houvesse vontade política do actual governo para dar continuidade à vontade do anterior. -----

-----Tudo estava em aberto para a construção de uma escola básica integrada na Boa Água, e de uma Escola Secundária na Ribeira do Marchante, assim houvesse vontade política do actual governo, porque a Câmara já havia indicado os terrenos. -----

-----Não era possível à Câmara fazer tudo porque algumas das obras eram da responsabilidade da Administração Central, outras tinham parte de financiamento mas faltava uma parte que era da responsabilidade da Câmara e se a autarquia tivesse que recorrer a empréstimos nem olhava para trás nem que a dívida aumentasse, queria era que as crianças tivessem aulas e os doentes um espaço onde pudessem ser consultados. -----

----- Encerrado o **Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e quinze minutos do dia 25 de Maio. -----

-----Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Membros que o desejarem fazer. -----